

de sintomas, que se podem agravar à medida que a exposição se prolonga. Indivíduos com problemas respiratórios podem ser especialmente suscetíveis a esta exposição (Rufo & Ribeiro, 2020; Sakellaris, *et al.*, 2021). **Objetivos:** Avaliar a qualidade do ar em habitações de trabalhadores de uma Instituição de Ensino Superior (IES) que exerciam as suas funções em teletrabalho e verificar qual a prevalência de sintomas/doenças. **Material e Métodos:** A amostra foi constituída por 50 trabalhadores de uma IES localizada na região Centro de Portugal que se encontravam em teletrabalho, durante o período de confinamento social associado à Pandemia COVID-19. A recolha dos dados consistiu na avaliação de vários parâmetros ambientais, designadamente, dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), monóxido de carbono (CO), partículas de diâmetro 2,5 µm e 10 µm (PM<sub>2,5</sub> e PM<sub>10</sub>), formaldeído (CH<sub>2</sub>O), partículas ultrafinas e variáveis meteorológicas, temperatura e humidade relativa, recorrendo a equipamentos portáteis, e na aplicação de um questionário aos trabalhadores, para avaliar a prevalência de sinais, sintomas e patologias. **Resultados:** Constatou-se que o CO<sub>2</sub>, PM<sub>2,5</sub>, PM<sub>10</sub> e CH<sub>2</sub>O apresentaram concentrações médias superiores aos valores de limiar de proteção em algumas das habitações avaliadas. Verificou-se, ainda, que a concentração média de todos os poluentes atmosféricos avaliados era superior no ambiente interior, comparativamente ao ambiente exterior. Os sintomas/doenças, avaliados através do questionário, com maior prevalência foram as alergias, crise de espírrros, dores de cabeça e prurido, ardor ou irritação dos olhos. **Conclusões:** Pode-se concluir que é necessário tomar medidas de forma a melhorar a qualidade do ar interior nas habitações. Salienta-se, ainda, a importância de melhorar os sistemas de renovação de ar, de modo a tornar esta renovação mais eficiente e eficaz, optando sempre que possível pela ventilação natural.

**Palavras-chave:** qualidade do ar interior, poluentes atmosféricos, saúde pública, habitações, teletrabalho.

#### Referências bibliográficas:

- [1] Rufo, J. C., & Ribeiro, A. I. (2020). Da emergência de um novo vírus humano à disseminação global de uma nova doença - Doença por Coronavírus 2019 (COVID-19). *COVID-19 e a necessidade de assegurar a qualidade do ar interior*, 1-10. Obtido de <http://asset.youoncdn.com/ab296ab30c207ac641882479782c6c34/fdf7c3531774e0573f8066d191cca6df.pdf>
- [2] Sakellaris, I., Saraga, D., Mandin, C., Kluzenaar, Y., Fossati, S., Spinazzè, A., ... Bartzis, J. (2021). Association of subjective health symptoms with indoor air quality in European office buildings: The OFFICAIR project. *Indoor Air*, 31(2), 426-439. doi:10.1111/ina.12749
- [3] Santos, M., Almeida, A., Lopes, C., & Oliveira, T. (2020). Teletrabalho na perspectiva da Saúde Ocupacional. *Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional on line*, 10, 1-35. doi:10.31252/RPSO.05.09.2020

## CO27

### Promoção da acessibilidade e inclusão social numa Instituição de Ensino Superior

António Loureiro<sup>1\*</sup>, Ana Ferreira<sup>2</sup>, Sílvia Seco<sup>1</sup>, Jorge Conde<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Instituto Politécnico de Coimbra, Serviço de Saúde Ocupacional e Ambiental, Coimbra, Portugal

<sup>2</sup>Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Departamento de Audiologia, Fisioterapia e Saúde Ambiental, Coimbra, Portugal

<sup>3</sup>Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Departamento de Fisiologia Clínica e Imagem Médica e Radioterapia, Coimbra, Portugal

\*Autor correspondente: ✉ [antonio.loureiro@ipc.pt](mailto:antonio.loureiro@ipc.pt)

#### Resumo

**Introdução:** A acessibilidade é o direito que garante às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade condicionada a possibilidade de viver de forma independente e exercer os seus direitos de cidadania e de participação na sociedade (Teles *et al.*, 2006). A existência de barreiras, físicas de informação e comunicação, limita a participação completa, impedindo a efetivação dos direitos e deveres de cidadania. A disponibilização de infraestruturas igualitárias, sustentáveis e saudáveis contribuem para a humanização das comunidades e cidades, a participação na vida pública e a inclusão social, reduzindo desigualdades, aumentando o sentido comunitário e o bem-estar, sendo por isso imprescindível que o espaço urbano garanta condições de segurança e conforto a todos os utilizadores (Porfírio, *et al.*, 2016; Souza, 2022). **Objetivos:** Analisar as ações desenvolvidas pelo Politécnico de Coimbra (IPC) no âmbito do direito universal e de igualdade no acesso aos vários serviços e atividades da Instituição. **Material e Métodos:** Consulta da documentação das ações desenvolvidas entre 2020 e 2023 com vista à melhoria da acessibilidade aos edifícios do IPC. **Resultados:** Verificou-se que foram desenvolvidas várias iniciativas, das quais se destacam: elaboração do Código de Ética e Conduta e do Plano para a Igualdade de Género e não discriminação; elaboração de Planos de Acessibilidade dos edifícios e realização de candidaturas ao Programa de Acessibilidades aos Serviços Públicos e na Via Pública e ao Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos que permitiram realizar intervenções para melhoria da acessibilidade nas várias instalações do IPC. **Conclusões:** A realização das ações desenvolvidas permitiu facilitar o acesso de toda a

comunidade académica e visitantes aos edifícios, dando especial enfoque a pessoas portadoras de deficiência e/ou com mobilidade condicionada, aumentando assim os índices de autonomia e da responsabilidade e inclusão social da comunidade académica. É importante destacar, ainda, a relevância das atividades realizadas nas diversas guidelines internacionais, nomeadamente a Estratégia para os Direitos de Pessoas Portadoras de Deficiência 2021-2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, onde se destaca: ODS 8: Trabalho digno e crescimento económico, ODS 10: Reduzir as desigualdades e o ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis.

**Palavras-chave:** acessibilidade, inclusão social, objetivos de desenvolvimento sustentável.

### Referências bibliográficas:

- [1] Porfírio, J. A., Gronita, J., Carrilho, T., Silva, H. V., Martins, M., Estanqueiro, P., . . . Cunha, R. (2016). Ensino Superior para pessoas com deficiência visual e auditiva em Portugal: diagnóstico e contributos para uma efetiva inclusão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- [2] Souza, E. C. (2022). Inclusão e Acessibilidade nas Escolas. *Revista Científica FESA*, 1(20), 98- 110. doi:10.56069/2676-0428.2022.219
- [3] Teles, M. F., Lia, F., Oliveira, M., Pais, A., & Martins, B. (2006). Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos - Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de agosto. Porto: Secretariado Nacional da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

## CO28

### Mobilidade sustentável numa Instituição de Ensino Superior: estudo de caso do Politécnico de Coimbra

António Loureiro<sup>1\*</sup>, Ana Ferreira<sup>2</sup>, Sílvia Seco<sup>1</sup>, Jorge Conde<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Instituto Politécnico de Coimbra, Serviço de Saúde Ocupacional e Ambiental, Coimbra, Portugal

<sup>2</sup>Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Departamento de Audiologia, Fisioterapia e Saúde Ambiental, Coimbra, Portugal

<sup>3</sup>Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Departamento de Fisiologia Clínica e Imagem Médica e Radioterapia, Coimbra, Portugal

\*Autor correspondente: ✉ [antonio.loureiro@ipc.pt](mailto:antonio.loureiro@ipc.pt);

### Resumo

**Introdução:** O aumento continuado das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) associado ao sector dos transportes, os crescentes congestionamentos de tráfego e a destruição/desvalorização dos espaços públicos, com a conseqüente deterioração da qualidade do ambiente urbano, tornam cada vez mais evidente a insustentabilidade do modo como essa mobilidade se pratica atualmente e apontam para a imperiosa necessidade de se encontrarem soluções que, sem colocarem em causa esse direito, o condicionem às suas conseqüências ambientais e económicas (Agência Portuguesa do Ambiente, 2010; Louro, Costa, & Costa, 2018). Pelas múltiplas implicações nos três domínios de referência em que se equaciona o conceito de desenvolvimento sustentável, a mobilidade urbana surge, nos dias de hoje, como uma questão pertinente e de significativa importância social, para a qual ainda não se encontraram respostas satisfatórias (Almeida, 2015). **Objetivos:** Compreender os níveis de sustentabilidade dos padrões de mobilidade atuais da comunidade académica do Politécnico de Coimbra (IPC). **Material e Métodos:** A amostra foi constituída por 254 membros da comunidade académica do IPC que participaram no estudo. A recolha de dados decorreu entre março e abril de 2022, através da aplicação de um questionário aos estudantes e trabalhadores, docentes e não docentes do IPC relativo à mobilidade das deslocações casa-trabalho/escola-casa. **Resultados:** Verificou-se que a distância média de viagem no trajeto casa-Instituição-casa foi de 37,6 Km e que o modo de transporte mais utilizado indicado pelos participantes no estudo foi o automóvel. No entanto, percebemos que 62,2% dos inquiridos referiram que aproveitavam a deslocação casa- Instituição-casa para realizar outras atividades, nomeadamente ir às compras. **Conclusões:** A mobilidade sustentável é, cada vez mais, um desígnio de quem gere as Instituições de Ensino Superior, até mesmo por serem importantes polos de atração e geração de viagens. As obrigações legais ao nível da redução de consumo de energia, emissões de GEE e poluentes atmosféricos, bem como a necessidade da diminuição do congestionamento das cidades e escolas, fazem com que se equacionem novas formas de atrair a população para modos mais sustentáveis, alterando a repartição modal, nomeadamente, pela redução do uso do automóvel, e, simultaneamente, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

**Palavras-chave:** mobilidade, gases com efeito de estufa, desenvolvimento sustentável.

### Referências bibliográficas:

- [1] Agência Portuguesa do Ambiente. (2010). *Manual de Boas Práticas para uma Mobilidade Sustentável*. Amadora.